

3 A imigração

Angelo Priori
Luciana Regina Pomari
Silvia Maria Amâncio
Veronica Karina Ipólito

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A imigração. pp. 35-46. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books

<<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3

A imigração

A arquitetura de Joinville, o baseball no interior paulista, as cantinas do bairro do Bixiga, a lasanha, a *Oktoberfest*, o *sushi* [...] Inúmeros são os exemplos da influência dos imigrantes no nosso dia a dia. A sua importância para a cultura do nosso país pode ser percebida no comércio, na educação, na indústria, no campo. Enfim, em qualquer lugar que passemos, seja na cidade ou no meio rural, encontraremos traços da imigração. No Paraná a situação não é diferente. O Estado recebeu, ao longo de sua história, imigrantes das mais diferentes etnias, formando uma sociedade com cultura e tradições específicas e diversas.

Analisando a história do Paraná, é possível observar uma expansão demográfica diferenciada e tardia. Conforme Márcio de Oliveira (2007), no século XVIII o Paraná ainda possuía baixa densidade demográfica, além de não ter consolidado o padrão clássico da sociedade luso-brasileira, que gravitava em torno de relações senhoriais, do grande latifúndio e, inclusive, da monocultura de exportação.

Como no resto do país, o incentivo à imigração foi necessário, visto que era imperativo ocupar espaços vazios existentes no território do Estado, resolvendo, também, as questões relacionadas à falta de mão de obra crescente. A política do incentivo era impulsionada por propagandas que enfatizavam o Brasil como um paraíso propício à formação de fortunas, uma terra de oportunidades e de sossego, um

verdadeiro paraíso no novo mundo, distante do caos que havia se tornado a Europa.

Na Europa (de onde proveio a maior parte dos imigrantes para o Brasil), situações adversas, como excedente populacional, guerras e as crises econômicas que geravam desigualdade social, desemprego e insatisfação, vieram despertar, em muitas pessoas, o interesse de partir para outra realidade, que poderia estar disponível em países como o Brasil, na América.

Sabe-se que nenhum movimento se dá de forma involuntária ou impulsionada por uma necessidade individual, mas estão inseridos num contexto mais amplo e estão relacionados, sobretudo, a questões econômicas que envolvem os países de atração e de expulsão dos migrantes. As pessoas se deslocam à medida que existe uma oferta de emprego, que proporcione rendimentos superiores aos que ela possui, mesmo que para isto tenham que se sujeitar a qualquer tipo de trabalho (MELCHIOR, 2001, p. 4).

No Paraná, os imigrantes vinham sob a condição de colonos e tinham de formar as lavouras a partir da abertura das picadas na mata, bem como fazer suas próprias moradias (STECA; FLORES, 2008). Neste Estado, o objetivo primordial era fomentar o cultivo da agricultura de subsistência, para manter abastecidos os centros urbanos que já passavam por raleamento de produtos agrícolas. Para tornar possível essa circulação das novas forças de trabalho, as estratégias estatais deveriam, em primeiro lugar, criar condições propícias a fim de que o território a ser ocupado se tornasse uma ‘área de atração’ aos imigrantes.

Até o começo do século XVIII, a população da região onde hoje se configura o Paraná era constituída de portugueses, vindos do Reino, castelhanos, índios, negros africanos e de nativos descendentes dessas três raças. A mão de obra constituía a maior dificuldade para o desenvolvimento do território. Nesse contexto, a imigração passou a ser vista como solução para o problema. Assim, os primeiros imigrantes

foram trazidos, justamente, para povoar e defender um dos pontos de ‘pouso’ das tropas que demandavam do Rio Grande do Sul para São Paulo (DORFUMND, 1963).

Algumas medidas tomadas no ano de 1808, pela presença da corte portuguesa no Brasil, foram essenciais para o desenvolvimento da imigração e colonização do país, como a abertura dos portos e a segurança ao estrangeiro em relação à propriedade territorial. Se, inicialmente, a imigração foi considerada fórmula ideal para a substituição da mão de obra escrava, posteriormente, passou a ser considerada importante para a ocupação de vazios demográficos, ocupação do solo e empreendimentos agrícolas. Dessa maneira, conforme afirmação de Balhana, Machado e Westphalen (1969), inaugura-se, na América, a tradição da ‘porta aberta’ para os imigrantes de todas as procedências e culturas.

O início da imigração para os Estados do Sul do Brasil data da década de 1820, quando foram fundadas, por grupos de alemães, as primeiras colônias nas atuais cidades de Itajaí (Santa Catarina), Rio Negro (divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná) e de São Leopoldo (Rio Grande do Sul).

O Ato Adicional de 1834, porém, deu novo estímulo ao programa imigratório, já que o Governo Imperial delegou aos governos provinciais competência para “promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 158).

Em 1847 o médico francês, Jean Maurice Faivre, fundou, nas proximidades do rio Ivaí, a colônia Tereza Cristina. Com 87 imigrantes franceses, essa colônia tinha princípios do socialismo utópico (buscava viver sem promover lucros), mas acabou fracassando.

Com o fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, 1850), com a lenta diminuição dos escravos e com a elevação do preço do café e sua expansão no Estado de São Paulo, parte considerável da população escrava paranaense foi vendida para cafeicultores paulistas, provocando uma

relativa crise no abastecimento agrícola, uma vez que eles se constituíam na principal fonte de mão de obra rural.

Os documentos oficiais da época enfatizam a necessidade de se estimular a imigração no território paranaense. No Relatório do Presidente da Província, do ano de 1854, o Presidente Góes e Vasconcellos afirmou ser essencial “encher de população ativa o vasto território [...] onde o europeu se depara com um clima análogo ao do país natal”. No Relatório de 1855 fica clara a ideia de se “promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos”, ou seja, de colonos considerados de bons costumes e trabalhadores. O Relatório apresentado pelo Vice-presidente da Província, em 1857, esclarece que, se o governo desejasse promover a “colonização”, deveria proceder “por meio da venda de terras devolutas” (VASCONCELLOS apud BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 161).

Em 1860, foi fundada, pelo governo da província, com o apoio do governo imperial, a Colônia Assungui, atual município de Cerro Azul, região de Curitiba. Porém, a falta de infraestrutura deixava-a em condições de isolamento, fazendo com que muitos imigrantes a abandonassem.

Nos anos de 1875-1877, o Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, permitiu a formação de várias colônias. Sua intenção era que os imigrantes pudessem adquirir em condições facilitadas bons lotes de terras; para isso induziu a construção de meios físicos, como estradas e pontes, para permitir o melhor escoamento da produção, evitando o isolamento socioeconômico do imigrante.

As colônias *Orleans*, Tomás Coelho, Santo Inácio, *Rivière*, D. Pedro, Dom Augusto, Lamenha e Santa Cândida, localizadas, na sua maioria, a Oeste de Curitiba, resultaram dessas iniciativas de Lamenha Lins. Não é sem sentido, também, que essa política de implantação de colônias para estrangeiros recebeu diversas críticas, sobretudo daqueles que defendiam que as colônias deveriam ser organizadas para colonos pobres nacionais (STECA; FLORES, 2008).

O processo imigratório no Paraná apresenta algumas particularidades que o tornam diferente, em parte, dos processos ocorridos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Como relata Maria Tereza Petrone (FAUSTO, 1978, p. 101), poucos foram os núcleos de colonização compacta, com uma só etnia. Em geral, os núcleos acabavam sendo formados por duas ou mais etnias. Essa heterogeneidade de nacionalidades impediu uma colonização mais homogênea, apesar de os grupos tentarem, constantemente, preservar sua identidade cultural única.

A entrada de imigrantes acabou auxiliando, posteriormente, a expansão industrial, mas contribuiu, também, para mudanças nas relações de trabalho, mesmo quando a escravidão ainda era vigente. Foi sendo construída, principalmente nos núcleos urbanos, uma cultura de trabalho assalariado, mesmo que em pequenas empresas.

Aliás, um dos aspectos que é importante salientar é essa gradativa transferência de descendentes de imigrantes para os centros urbanos. Muitos fatores colaboraram para isso, como a proximidade das colônias com as cidades, a religião, pois muitos imigrantes começaram a fazer parte das cerimônias, sacramentos e corais, e as dificuldades e falta de condições estruturais para o trabalho no campo.

O contraste entre as propagandas realizadas na Europa e as dificuldades encontradas pelos imigrantes em terras paranaenses levavam muitos colonos a abandonarem a província. Conforme Machado (2005), a falta de apoio aos colonos, a existência de terras inférteis e ausência de infraestrutura básica causaram um impacto negativo na imigração paranaense. Tanto que houve uma crise de imigração no final da década de 1870 e início da de 1880. O processo foi retomado com mais ênfase a partir de 1885, quando o então Presidente da província, Alfredo d'Escagnolle Taunay, recuperando a política imigratória do Presidente Lamenha Lins, incentivou e subsidiou a vinda de colonos estrangeiros.

Apesar das dificuldades, o Paraná recebeu milhares de imigrantes. No ano de 1934 haviam adentrado no Paraná cerca de 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães, 8.798 italianos e 9.826 grupos de

outras nacionalidades, compondo um número total de 101.331 imigrantes (MARTINS, 1941).

Os alemães foram os primeiros imigrantes a chegar ao Paraná, no ano de 1829, fixando-se em Rio Negro. Essa iniciativa coube ao fazendeiro, comerciante e tropeiro João da Silva Machado, que depois se tornou o Barão de Antonina. Os alemães tiveram longa história de imigração no Paraná, que se estendeu desde as primeiras décadas do século XIX, até meados do século XX. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial parcelas significativas dessa etnia se radicaram no Paraná. Os alemães trouxeram consigo suas atividades tradicionais (agricultura, olaria, marcenaria e carpintaria) e com isso ajudaram no desenvolvimento das cidades, sobretudo no comércio e indústria. As maiores concentrações alemãs do Estado encontram-se em Rolândia, Cambé, Rio Negro e, principalmente, Marechal Cândido Rondon.

Os imigrantes espanhóis formaram suas colônias em Jacarezinho, Wenceslau Braz e Santo Antônio da Platina. O movimento migratório para o Paraná tornou-se mais intenso no período compreendido entre os anos de 1942 e 1952, possibilitando uma fixação também na cidade de Londrina. Suas principais atividades estão ligadas ao comércio e à indústria moveleira.

Os holandeses vieram para o Estado por volta de 1909 e se fixaram nas proximidades de Irati. Algumas famílias, não se adaptando à região, acabaram voltando para a Holanda, enquanto que aquelas persistiram dirigiram-se para a região dos Campos Gerais (Carambeí), fundando uma Cooperativa Holandesa de Laticínios em 1925, a qual é destaque até os dias atuais.

Os italianos contribuíram muito para o trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, em outras culturas. A maior concentração italiana do Estado está em Curitiba, na Lapa, no Litoral, em Palmeira e, também, em Morretes. No Norte do Paraná, praticamente não há cidade sem a presença dos italianos, que primeiramente se radicaram no Estado de São

Paulo e, depois, se transferiam para o Paraná, acompanhando as frentes de ocupação e a cultura do café.

Os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1871, transmigrados de Brusque, Santa Catarina. Fixaram-se, principalmente, nas áreas de Mallet, Cruz Machado, Ivaí, Reserva, São Mateus do Sul, Rio Claro e em Curitiba, onde residem, em maioria, nos bairros de Santa Cândida e Abranches.

Os ucranianos vieram para o Paraná entre os anos 1895 e 1897, formando suas colônias entre Mallet e Prudentópolis. Além destas cidades, estão também espalhados por Pato Branco, Roncador e União da Vitória.

Os árabes instalaram-se primeiramente em Paranaguá, ocupando, depois, as cidades de Londrina, Maringá, Curitiba, Araucária, Lapa, Ponta Grossa, Guarapuava, Serro Azul e Foz do Iguaçu, que, hoje, abriga a maior colônia desses imigrantes. Além da forte influência gastronômica, os árabes, no Paraná, se ligaram à arquitetura, à música e à dança.

A imigração portuguesa também representa seus traços fortes no Estado. A presença dos lusos no país sempre foi marcante e intensa por toda a conjuntura da história do Brasil ligada a Portugal. No Paraná, a cidade de Paranaguá, a qual servia de porta de entrada, possui a maior concentração de imigrantes portugueses. Também houve interesse dos lusos pelas regiões de Maringá, Londrina, Campo Mourão e Umuarama, durante o auge do ciclo do café. No Norte do Paraná, ainda hoje os portugueses se destacam, por suas fortes atividades comerciais.

Por fim, entre os grupos que merecem destaque estão também os japoneses. Maringá, Londrina, Uraí e Assaí são os grandes núcleos de presença japonesa, e as duas últimas cidades originaram-se como colônias fundadas por japoneses. Em 2008 tivemos as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil. Nesse longo século, os imigrantes que chegavam dirigiam-se, principalmente, às lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo e do Paraná. Além da cultura tropical, os japoneses se empenharam na piscicultura, cultivo de hortaliças, fruticultura e na introdução da criação do bicho-da-seda no Estado.

A experiência da imigração: o caso da colônia Cecília

Entre os vários núcleos de imigração que se estabeleceram no Paraná nos séculos XIX e XX, a Colônia Cecília destacou-se por ser considerada a primeira experiência anarquista no Brasil. Por constituir-se enquanto uma tentativa de se colocar em prática os preceitos anarquistas, de negação do Estado, da Lei, da ordem, da família, da religião, da propriedade privada e da defesa do amor livre, a Colônia Cecília inspirou romances, peças teatrais, minisséries, filmes, músicas e artigos jornalísticos. Contudo, a maioria desses trabalhos não possui compromisso com a verdade histórica, colaborando para cristalizar, ao longo do tempo, discursos e versões cercadas por incoerências. Por isso, muito do que se divulga sobre a Colônia Cecília nem sempre condiz com a realidade. Assim, pautando-se em trabalhos científicos, vamos apresentar algumas informações sobre essa experiência desenvolvida em terras paranaense, visando compreender os sonhos e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes que vieram ao Brasil em busca de uma vida melhor.

Não é possível falarmos em Colônia Cecília sem destacar seu idealizador: o veterinário italiano da cidade de Piza, Giovanni Rossi. Conforme Isabelle Felici (1998), Rossi aderiu à Primeira Internacional aos 18 anos (1873), porém, se manteve alheio aos debates políticos que dividiam anarquistas e socialistas. A seu ver, era necessário que as ideias anarquistas fossem colocadas em prática para verificar sua viabilidade. Por isso, propôs a criação de uma comunidade experimental, empreendimento que tentou realizar na Itália, na propriedade Cittadella, em Stagno Lombardo. Após dois anos, com o fracasso do experimento, Rossi almejou criar uma comunidade anarquista na América.

Várias possibilidades foram cogitadas: Estados Unidos, México e Uruguai. Este último foi escolhido. Contudo, o conflito partidário entre *Blancos* e *Colorados* levou Rossi a vislumbrar sua experiência anarquista no Brasil. Em um primeiro momento, a comunidade seria fundada em Porto

Alegre, Rio Grande do Sul. Pela indisposição de um de seus companheiros de viagem, Rossi resolveu antecipar o fim da navegação e desembarcou em terras paranaenses.

É importante destacar que Enrico Malatesta, líder anarquista italiano, reprovava as aventuras de Giovanni Rossi, por achar que essas medidas afastavam os militantes da causa anarquista, que era a da emancipação da opressão pela via da revolução. Malatesta não acreditava que essa experiência pudesse ter sucesso, “nem no plano experimental, nem no plano econômico” e ordenava aos seus correligionários que não acompanhassem Rossi, a ponto de se tornarem desertores (FELICI, 1998, p. 11).

Para Rossi, porém, a acusação do líder anarquista era sem fundamento, já que “não pertencendo a nenhum exército, não reconhecendo nem chefe nem discípulo, os que escolheram a experiência comunitária não podem ser considerados desertores” (FELICI, 1998, p. 11-12). Com esse pensamento, Giovanni Rossi e os companheiros, que não totalizavam dez membros, chegaram ao Paraná. Ficaram em alojamentos para imigrantes, em Paranaguá e Curitiba. Depois, foram encaminhados, pelo escritório da Inspeção de Terra e Imigração, para as proximidades do Rio Iguaçu. As terras e a localização da atual cidade de Palmeira agradaram Giovanni Rossi, que ali instalou seu experimento em abril de 1890.

Essas terras não foram doadas a Rossi. Os colonos deveriam pagá-las após o prazo de cinco anos. Durante o primeiro ano, a Colônia Cecília, assim como as demais, recebia da Administração das Colônias um valor mensal de aproximadamente 2.800 francos como subsídio. Se o dinheiro ajudava na alimentação, era necessário produzir para, futuramente, pagar as terras. Por isso, em suas cartas direcionadas à Itália, Rossi convidava mais pessoas a fazer parte do experimento.

Felici (1998) calcula que o número máximo de membros da Colônia Cecília girou em torno de 150 pessoas. A composição sociocultural desses membros era a mais variada possível. Conforme Roscoche,

essas pessoas poderiam ser classificadas entre operários e lavradores, pessoas da classe média, profissionais liberais e funcionários. Quanto ao nível de instrução era possível verificar a existência de analfabetos até pessoas com curso superior. Quanto à qualidade moral existiram os intolerantes, os céticos, os benevolentes, despreocupados, supersticiosos, mansos e violentos, otimistas e perniciosos, entre outros (2011, p. 33).

Essa diversidade demonstra que nem todos os italianos que vieram para a Colônia Cecília tinham inspiração anarquista, situação que, paulatinamente, gerou conflitos. Ao longo de sua existência, o maior problema enfrentado pela Colônia Cecília foi a pobreza excessiva. Para não passarem fome, muitos colonos trabalhavam para o governo na construção de estradas. O próprio Giovanni Rossi, conforme Roscoche (2011), chegou a lecionar e a trabalhar em uma farmácia em Castro, a fim de conseguir dinheiro para as necessidades de seu experimento.

A miséria, porém, era fato. Isso levava à constante entrada e saída de integrantes na Colônia Cecília. No ano de 1891 o êxodo foi tão intenso que a Colônia quase se extinguiu. Isso só não ocorreu, pois jovens italianos vieram juntar-se a Rossi no Paraná. Assim, com dificuldades, a Colônia Cecília sobreviveu até 1894.

Muitos fatores contribuíram para o fim dessa experiência anarquista no Paraná. Roscoche (2011) destaca que o número pequeno de mulheres na colônia levava os homens a terem medo de dividir ou perder suas esposas; muitos dos membros reivindicavam a propriedade da terra; muitos não se adaptavam aos trabalhos braçais; muitos não aceitavam o amor livre; havia, ainda, muitos ressentimentos, já que alguns trabalhavam de mais, outros, de menos.

A Colônia Cecília, por ser descrita como experimento anarquista, não era bem vista por todos. Para piorar a situação, alguns dos colonos que abandonaram o lugar após a crise de 1891 foram presos por roubo, prejudicando, ainda mais, a imagem da Colônia. Somando-se a isso, outro acontecimento colaborou para o fim da experiência: a Revolução

Federalista. Muitos dos colonos se envolveram no conflito, lutando ao lado dos federalistas. Essa tomada de posição teria ocorrido, conforme Newton Stadler de Sousa, “como uma reação à arrogância das tropas governamentais que, por ter a Cecília recebido a visita de um chefe da insurreição, tinha, em represália, saqueado as instalações da Cecília” (apud FELICI, 1998, p. 32). O próprio Rossi deixou a Colônia em 1893 e, por não encontrar emprego estável por sua condição de anarquista, trabalhou como médico na revolução ao lado dos maragatos (FELICI, 1998, p. 34).

Diante de tudo isso, a Colônia Cecília não sobreviveu. A miséria da comunidade persistiu ao longo do tempo. A substituição de membros era constante até que, em 1894, um grupo de camponeses, formado pelas famílias Agottani, Mezzadri e Artusi (antigos membros da colônia), comprou o ativo da Cecília dos últimos colonos, tornando-se proprietários das terras.

Para Isabelle Felici (1998), o fim da Colônia Cecília foi causado, entre outros fatores, pela dificuldade em se praticar os princípios anarquistas:

Esse fim é devido mais a um conjunto de fatores convergentes: a miséria que a colônia sofreu, ao longo de toda a sua existência, o excesso de trabalho, o ambiente econômico desfavorável, a discórdia, as incompatibilidades de gênios e as dificuldades de pôr em prática os princípios comunistas anarquistas (FELICI, 1998, p. 36).

Para Rossi que, após viver no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, voltou para sua cidade natal na Itália, a experiência foi válida:

Para mim, que participei da colônia, ela não foi um fiasco. Ela se propunha um objetivo de caráter experimental: ver se os homens de hoje são aptos a viver sem tais leis e sem propriedade provada. [...] A Colônia Cecília mostrou que uma centena de pessoas em condições econômicas muito desfavoráveis tinha podido viver dois anos, com pequenos contrastes e com recíproca satisfação, sem leis, sem regulamentos, sem chefes e sem códigos, em uma propriedade coletiva, trabalhando espontaneamente em

comum. [...]. Nós a dissolvemos porque não havia os meios necessários para desenvolvê-la e também porque se estava cansado daquela solidão. Para nós, o experimento tinha sido feito e isso bastava (ROSSI, 1917 apud FELICI, 1998, p. 38).

Referências

- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- DORFMUND, L. P. *Geografia e história do Paraná*. Curitiba: Editora do Brasil, 1963.
- FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t. 3.
- FELICI, I. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 8/9, p. 9-64, 1998.
- MACHADO, W. Imigração. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. (Org.). *Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 158-181.
- MARTINS, R. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Ed. Paranaense, 1941.
- MELCHIOR, L. *Mobilidade de trabalhadores do e para o Japão: estudo de caso de Londrina-PR-Brasil*. Barcelona: Scripta Nova, 2001.
- OLIVEIRA, M. de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná, 2007. *Nuevo Mundo, Mundo Nuevos*, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5287>>. Acesso em: 02 set. 2010.
- ROSCOCHE, L. F. O anarquismo da Colônia Cecília: uma jornada do sonho à desilusão. *Revista de Geografia*, Recife, v. 28, n. 1, p. 25-39, 2011.
- STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná do século XVI à década de 1950*. Londrina: Eduel, 2008.